

A GESTÃO DUAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUA EVOLUÇÃO: UMA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DOS TRABALHOS PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

Luiz Alberto da Costa Mariz¹

RESUMO

Este ensaio de cunho historiográfico traz três principais contribuições para uma discussão, articulação e síntese entre Marx, Braverman e outros autores acerca da natureza da gestão da produção capitalista. É constatado que a dupla natureza da gestão capitalista comporta uma divisão entre classes do trabalho produtivo e improdutivo, sendo variável a relevância do gerente. Na discussão sobre o complexo trabalho do gerente, é incluída uma contribuição para a questão, levantada e não concluída por Marx, sobre a possibilidade de o trabalho improdutivo contribuir com aumento de mais-valor. Por último, é possível inferir que, no capitalismo avançado, a participação dos próprios operários na gestão aguça a natureza social da organização da produção, contribuindo para a recuperação coletiva, pela classe trabalhadora, do domínio sobre os meios de produção.

Palavras-Chave: Administração da produção; Marx; Relações de produção; Trabalho produtivo; Trabalho improdutivo.

LA DOBLE GESTIÓN DE LA PRODUCCIÓN CAPITALISTA Y SU EVOLUCIÓN: UNA HISTORIA DE LA EXPLOTACIÓN DEL TRABAJO PRODUCTIVO E IMPRODUCTIVO

RESUMEN

Este ensayo historiográfico trae tres aportes principales a una discusión, articulación y síntesis entre Marx, Braverman y otros autores sobre la naturaleza de la gestión productiva capitalista. Se encuentra que la naturaleza dual de la gestión capitalista implica una división entre clases de trabajo productivo e improdutivo, siendo variable la relevancia del gerente. En la discusión del trabajo complejo del gerente, se incluye un aporte a la pregunta, planteada y no concluida por Marx, sobre la posibilidad de que el trabajo improdutivo contribuya a un aumento de la plusvalía. Finalmente, es posible inferir que, en el capitalismo avanzado, la participación de los propios trabajadores en la gestión agudiza el carácter social de la organización de la producción, contribuyendo a la recuperación colectiva, por parte de la clase obrera, del dominio sobre los medios de producción.

¹ Departamento de Ciências Administrativas da UFPE.

Palabras clave: Gestión de la producción; Marx; Relaciones de producción; Trabajo productivo; Trabajo improductivo.

THE DUAL MANAGEMENT OF CAPITALIST PRODUCTION AND ITS EVOLUTION: A HISTORY OF THE EXPLOITATION OF PRODUCTIVE AND UNPRODUCTIVE LABOR

ABSTRACT

This historiographical essay brings three main contributions to a discussion, articulation and synthesis between Marx, Braverman and other authors about the nature of capitalist production management. It is found that the dual nature of capitalist management involves a division between classes of productive and unproductive work, the relevance of the manager being variable. In the discussion of the complex work of the manager, a contribution is included to the question, raised and not concluded by Marx, about the possibility of unproductive labor contributing to an increase in surplus value. Finally, it is possible to infer that, in advanced capitalism, the participation of the workers themselves in management sharpens the social nature of the organization of production, contributing to the collective recovery, by the working class, of control over the means of production.

Keywords: Production management; Marx; Production relations; Productive work; Unproductive work.

INTRODUÇÃO

Partimos do princípio de que a gestão da produção capitalista contemporânea só pode ser compreendida levando em conta o conjunto da sua evolução, a começar pelas mudanças sofridas pelas primeiras oficinas capitalistas num contexto de aceleração da acumulação de capital. Ela surge como uma transformação nos papéis de capitalistas e trabalhadores e nas relações entre eles. A supervisão capitalista não mais se atém à direção geral da empresa e ao controle sobre a extensão e a intensidade da jornada de trabalho dos operários, pois avança sobre a determinação de *como* as tarefas são realizadas, rompendo a autonomia dos trabalhadores sobre os processos de trabalho.

Num primeiro momento, trata-se de uma gestão direta pelo próprio capitalista. Conforme percebido por Marx, com a progressiva separação da concepção e execução do trabalho, o capitalista passa a assumir uma função dupla, pois, além de manter a função de proprietário, se envolve diretamente com a gestão direta da produção. A essa mudança qualitativa, se somam o aumento da escala da produção e o conseqüente emprego de um

exército de “oficiais (dirigentes, gerentes) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-maîtres*) industriais” (MARX, 2013, p. 407).

Com as subseqüentes transformações ocorridas no tamanho, estrutura e propriedade das empresas ao longo do século XX, a empresa predominante passou a ser a grande corporação com grande número de acionistas que não ocupam posições gerenciais. Surgem então “inferências”, “explicações” e “teorias” em torno da “pretensa separação entre propriedade e controle nas corporações”, e a correlata doutrina do “gerencialismo” que concebe os gerentes como uma nova classe que toma o lugar do capitalista (ZEITLIN, 1974).

Duménil e Levy (2018) visualizam um modo de produção tendo como classe dominante a classe dos gerentes. Algumas sociedades contemporâneas já estariam vivenciando o “capitalismo gerencial”, uma forma híbrida de transição entre capitalismo e gerencialismo que “está ainda em andamento; bem avançada, mas não consumada”. Os autores situam suas teses como um misto entre adesão e “revisionismo” de Marx, pois aderem aos princípios da teoria marxiana das forças produtivas e relações de produção, classes e luta de classe; mas divergem da ideia de que o capitalismo é o último modo de produção antes do advento de uma sociedade sem classes.

Em essência, essa concepção de Duménil e Levy (2018) recai no velho “gerencialismo” que ignora os centros de controle financeiros situados na cúpula ou externamente às organizações produtivas (ZEITLIN, 1974). Em consequência de o poder de crédito e de financiamento acarretar o poder de indicação dos próprios gerentes, como já havia observado Max Weber, “o poder de decidir sobre a natureza da gestão assenta, de fato, em maior proporção, nas mãos daqueles com interesses lucrativos externos à empresa”, tais como bancos ou investidores (WEBER, 2019, p. 246). Assim, no capitalismo, persiste a divisão básica entre “os proprietários dos meios de produção e aqueles que precisam oferecer sua força de trabalho para ganhar a vida”, enquanto os gerentes, juntamente com supervisores e empregados profissionais conformam uma categoria secundária, com “funções mistas” (LIVINGSTONE e SCHOLTZ, 2016, p. 474-475).

Em que pese se situar no interior do antagonismo entre as classes básicas do capitalismo, a natureza do trabalho do administrador tem natureza capitalista, pois se trata, como afirma Braverman, de uma “inevitável delegação de responsabilidade” dada pelo capital (BRAVERMAN, 2014, p. 343). Assim, um eventual aumento do protagonismo dos gerentes numa sociedade baseada na extração do mais-valor de uma parte da população em benefício de outra não é razão para tomá-los como uma classe em si. Significa, antes, que eles aumentam sua participação no que Crompton e Gubbay (1977) denominam de “capitalista global”, por cumprirem, em conjunto com o capitalista, a função de manter ou aumentar a apropriação de mais-valor, com o intento de acumular capital (p. 71-72).

Embora Braverman tenha tido o mérito de, um século depois, resgatar a análise de Marx sobre o processo de trabalho capitalista (LIVINGSTONE, SCHOLTZ, 2016), ele não percebe claramente a dupla natureza *dual* inerente à gestão da produção pelo capitalista *industrial*, constituído de uma combinação de vigilância e de trabalho útil de coordenação. Como observa Paço Cunha (2014), embora Braverman tenha indubitavelmente capturado que quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista mais decisivo se torna o trabalhador coletivo, o problema está em o autor norte-americano não ter apreendido “que a função de direção, ou ao menos parte considerável dela, não está fora do trabalho combinado que produz valor” (p. 751).

O trabalho de Carchedi (1975) constitui uma exceção entre os contemporâneos de Braverman, pela recepção e pelo desenvolvimento de uma concepção abrangente e atualizada das menções iniciais de Marx sobre a dupla natureza da gestão. Para esse autor, enquanto no “capitalismo privado”, o proprietário exerce tanto a coordenação quanto o controle e a vigilância; nas corporações, a gestão passa a ser uma tarefa exercida coletivamente através de uma complexa estrutura burocrática com diferentes combinações das duas funções (CARCHEDI, 1975, p. 31-33). Com base em levantamentos sobre a força de trabalho do Canadá entre 1982 e 2016, Livingstone e Scholtz (2016) e Livingstone e Watts (2018) detectam significativas mudanças quantitativas e qualitativas na participação de gerentes, profissionais e trabalhadores na força de trabalho total e, em particular, na gestão dual e coletiva.

Os gerentes, supervisores e profissionais que, em conjunto, aumentaram a participação percentual na força de trabalho experimentaram um declínio na sua autonomia ao longo desse período. Livingstone e Scholtz (2016) afirmam, contrariamente aos apologistas da “economia do conhecimento”, que os profissionais e gerentes, vistos normalmente como trabalhadores do conhecimento privilegiados, estão na realidade submetidos a uma degradação nas condições de trabalho e relegação ao exército de reserva de mão de obra, tal como ocorreu com os trabalhadores qualificados do passado (p. 472).

Livingstone e Scholtz (2016) observam um crescimento do trabalho mental e de autonomia técnica dos trabalhadores industriais e de serviços; um declínio da sua participação percentual na força de trabalho total, em grande parte explicável pelo aumento da automação; e trazem evidências que indicam alterações na gestão coletiva das corporações, com maior participação da própria classe trabalhadora na coordenação do processo do trabalho coletivo.

Este artigo visa avançar no exame teórico e empírico da natureza do trabalho gerencial no capitalismo avançado. Parodiando Motta (1986), o modo de produção capitalista é aqui assumido como historicamente determinado, e não “como um objeto natural, isto é, como uma única forma existente e possível de organização” (p.13). Considera-se o gerente como protagonista circunstancial da gestão delegada pelo capitalista e não como agente exclusivo dessa função ao longo da história do capitalismo. Mais precisamente, o artigo objetiva compreender a gestão enquanto atividade que surge, e incessantemente se desenvolve, dentro de uma relação de exploração e aumento de exploração da força de trabalho pelo capital. Ao mesmo tempo, leva-se em conta a capacidade de adaptação do capitalismo, inclusive a possibilidade de interpenetração entre as classes em algumas funções. Como postula Braverman (2014), as classes “não são entidades fixas, mas processos em curso, altamente mutáveis, em transição, altamente variáveis e incapazes de serem concentradas em fórmulas por mais adequadas que essas formas possam ser analiticamente” (p. 345-346).

A análise apoia-se em categorias marxianas como as do trabalhador coletivo, do trabalho produtivo e improdutivo, da subsunção formal e da subsunção real. Trata-se de um

esforço de análise tanto da natureza essencial quanto sobre quem efetivamente contribui com a gestão. Faz-se uma leitura da gestão capitalista que se distancia de interpretações que são, a nosso ver, dicotômicas e excessivamente rígidas feitas sobre as concepções de Marx quanto à diferenciação entre as classes no interior das relações capitalistas de produção.

Este ensaio adota o método da historiografia, pois assume que, sendo a Administração uma complexa construção histórica, os seus elementos constitutivos essenciais só podem ser devidamente compreendidos através de análise histórica (VIZEU, 2010, p. 782). Nesse sentido, as obras fundamentais de economia política de Karl Marx oferecem uma plataforma privilegiada, rica de teorizações e de descrições lógicas e históricas, formuladas por alguém que testemunhou criticamente a gênese e os primeiros desdobramentos históricos do capitalismo e, em particular, da gestão capitalista da produção. A obra de Braverman (2014) também é amplamente utilizada, ora como fonte historiográfica, ora como ponto de partida de debate teórico. Em várias citações extraídas das obras das edições brasileiras desses dois autores, quando o sentido não nos pareceu claro, ou a terminologia não suficientemente precisa, recorreu-se a traduções inglesas, uma das razões para a existência de grande número de citações diretas, sempre com as indicações de praxe das referências bibliográficas. A análise das relações de produção no capitalismo avançado foi realizada, principalmente, com dados secundários provenientes dos estudos de Livingstone e Scholtz (2016) e Livingstone e Watts (2018) sobre a “economia do conhecimento” do Canadá.

Na sequência do artigo, procura-se entender, primeiramente, como a gestão da produção surge como uma intervenção direta do capitalista nos processos manufatureiros e como a dupla natureza dessa gestão se torna obrigatória ao próprio capitalista. Na seção subsequente, discute-se a variada natureza do trabalho do gerente assalariado, própria de quem se encontra entre o capitalista e o trabalhador. Na penúltima seção, é apresentado como, nas grandes empresas industriais, a gestão capitalista passa a ser uma função dual e coletiva que se reconfigura no capitalismo avançado quando os trabalhadores do “chão de fábrica” passam a ser operários-supervisores. Por fim, sintetizando as principais conclusões extraídas na parte descritivo-analítica do artigo, a seção conclusiva procura apresentar o sentido histórico das transformações da divisão do trabalho gerencial capitalista.

A INTERVENÇÃO DIRETA DO CAPITALISTA INDUSTRIAL SOBRE A PRODUÇÃO

A história do surgimento do trabalho gerencial no modo de produção especificamente capitalista traz elementos essenciais à compreensão da natureza desse trabalho. Primeiramente, veremos como, ao mesmo tempo em que propicia aumentar a extração de mais-valor, o trabalho gerencial se torna compulsório ao capitalista industrial. Em seguida, será descrita e examinada a dupla natureza dessa gestão, que surge como uma das consequências do envolvimento direto do capitalista industrial com a produção.

A obrigatoriedade do envolvimento direto do capitalista na produção

As primeiras etapas do capitalismo se desdobram como mudanças que sucessivamente retiram o controle que o artesão e o lavrador da Idade Média ainda detinham sobre o seu ofício, pois ainda possuíam os meios de produção, detinham o saber necessário à produção bem como organizavam as condições operacionais necessárias ao processo produtivo (VIZEU, 2010, p. 783). Não sendo mais um proprietário-trabalhador, o artesão e o lavrador deixam de se relacionar “às condições objetivas do seu trabalho como sendo de sua propriedade”, pois, elas assumem uma autonomia em relação ao trabalho vivo e com este se defrontam “como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas” (MARX, 2011, p. 705).

Nas primeiras oficinas capitalistas, o processo de trabalho ainda aparece tal como nas formas anteriores de produção, com pouca alteração dos “métodos tradicionais” (BRAVERMAN, 2014, p. 61). Uma fábrica de sapatos é simplesmente um agrupamento de um determinado número de sapateiros produzindo, individualmente, determinado número de sapatos, sob a supervisão do capitalista, que também fornece os meios de produção, como matérias-primas e ferramentas (CARCHEDI, 1975, p. 15). A essencial diferença é que o trabalhador, “ao invés de trabalhar para ele próprio, trabalha para e, conseqüentemente, sob o capitalista” (MARX, 1976, p. 448; 2013, p. 406). Como o método de trabalho se aproxima do modo pré-capitalista, Marx designa a relação como “subsunção formal” (MARX, 2013, p. 578). No entanto, embora “as condições técnicas do processo de trabalho não mud[em], ou pelo menos não mud[em] drasticamente”, a intensidade e duração aumentam (CARCHEDI, 1975, p.

15). Trata-se ainda do capitalismo mercantil que guarda uma relação indireta com a produção (VIZEU, 2010, p. 784).

O capitalismo industrial surge como forma de ampliar o ganho e satisfazer as expectativas de remuneração do capital através da expansão do controle capitalista sobre o processo produtivo” (VIZEU, 2010, p, 784). Passa a preponderar a subsunção real que rompe o domínio dos trabalhadores sobre os “muitos processos de trabalho individuais, dispersos e mutuamente independentes”, os quais se transformam num processo de trabalho social combinado (MARX, 2013, p. 406). Com isso, o próprio capital se converte “num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção” (MARX, 1976, p. 448; 2013, p. 406) a partir da necessidade de.

uma autoridade dirigente para assegurar a cooperação harmoniosa entre as atividades de indivíduos e para desempenhar as funções gerais que se originam do movimento do organismo produtivo total, enquanto distinto do movimento de seus órgãos separados (MARX, 1976, p. 448; 2013, p. 406).

Com a manufatura, os processos de trabalho são fragmentados e o trabalhador desenvolve atividade produtiva forçosamente “como elemento acessório da oficina do capitalista”; a própria força individual de trabalho falha tecnicamente “caso não seja vendida ao capital” (MARX, 2013, p. 434-435). Além da concentração dos meios físicos de produção, ocorre uma radical realocação das “potências intelectuais da produção”:

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou o artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala [...] passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade (MARX, 2013, p. 435).

Desse modo, ocorrem para o trabalhador, ao mesmo tempo, perdas de qualificação, compreensão e autonomia. O comando direto do capitalista cresce à medida que o trabalhador perde o domínio sobre seu próprio ofício, num processo que Marx compara a um aleijamento:

Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (MARX, 2013, p. 434).

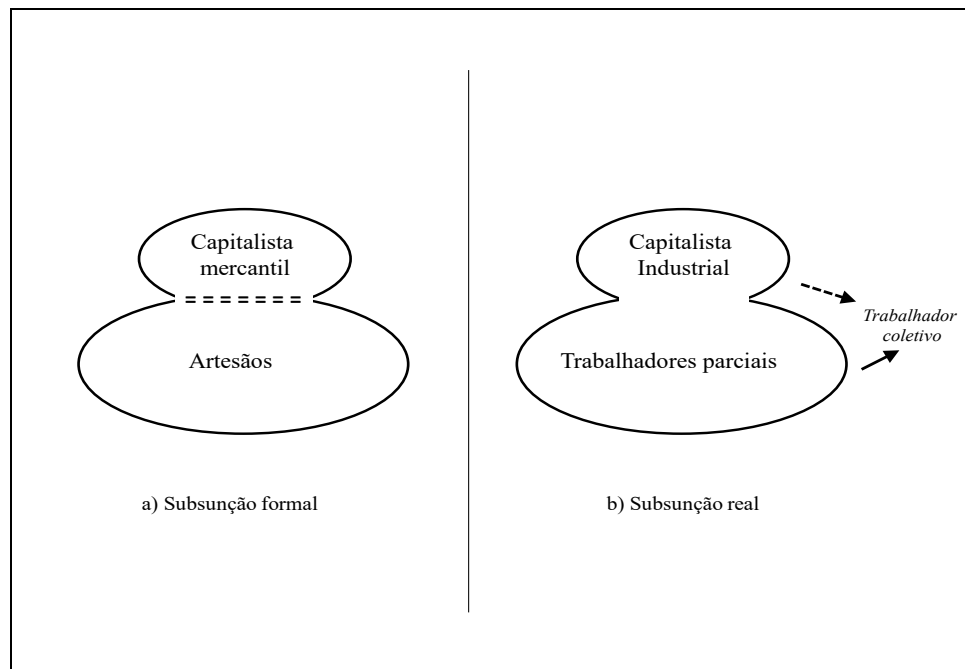
O “empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais” condiciona “o enriquecimento do trabalhador coletivo” (MARX, 2013, p. 435). Diversamente da subsunção formal, em que a produção completa de uma mercadoria e, portanto, a própria criação do mais-valor, ainda pode ocorrer individualmente, na subsunção real, a produção de valor de uso e, por conseguinte, a de mais-valor, só se faz possível através do trabalho coletivo.

O capital se decompõe assim em “*propriedade* do capital, capital *fora* do processo de produção, que rende juros por si só, e capital *dentro* do processo de produção, que, como capital em ação, gera ganho empresarial” (MARX, 2017, p. 424). O capitalista original se subdivide em dois personagens, um capitalista externo e passivo em relação à produção, que auferir mais-valor na forma tradicional de juros; e um capitalista industrial com papel atuante na produção, que obtém seu ganho empresarial ou lucro, “como resultado de suas funções de não-proprietário, como...*trabalhador*” (MARX, 2017, p. 429). As diferentes relações entre o capital e a produção nas duas formas de subsunção correspondem distintas funções do capitalista, conforme ilustrado esquematicamente na Figura 1.

Na subsunção formal (Figura 1.a), o trabalho é exercido em processos individuais com pouca interferência direta do capitalista. Na subsunção real (Figura 1.b), uma parte essencial da atividade do capitalista industrial consiste na complementação das potências intelectuais que faltam aos trabalhadores parciais, o que se afigura como indispensável à produção de valor de uso. A realização de um produto só é possível de ser consumada através do trabalhador coletivo, do qual toma parte, obrigatoriamente, o próprio capitalista industrial. A subsunção real representa uma mudança na relação entre o capitalista e o trabalhador que enseja importantes transformações no trabalhador e no próprio capitalista. Conforme resume Marx, “[o] capital industrial é o único modo de

existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação” (MARX, 2014, p. 146).

Figura 1: Subsunção formal e subsunção real



Fonte: elaboração própria com base em Carchedi (1975), Marx (2013) e Vizeu (2010)

A direção dúplice e “despótica” do capitalista industrial

O processo de produção capitalista confere ao trabalho de supervisão exercido pelo capitalista industrial uma “dupla natureza” (MARX, 2017, p. 432), pois é “por um lado, processo social de trabalho para a criação de um produto, e por outro, processo de valorização do capital” (MARX, 2013, p. 407). A compreensão da abrangência desse envolvimento direto do capitalista industrial na produção requer identificar como nele se combinam as formas “produtiva” e “improdutiva” do trabalho.

O trabalho produtivo é um conceito historicamente específico e, por esta razão, Marx distingue trabalho produtivo em geral de trabalho produtivo sob o capitalismo (GOUGH, 1972). Como explica Marx,

o conceito de trabalho produtivo não implica de modo nenhum *apenas* uma relação entre atividade e efeito *útil*, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2013, p. 578, grifos acrescentados).

Ao se considerar o processo inteiro apenas do ponto de vista do resultado, ou seja, o mero produto, “o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo” (MARX, 2013, p. 258). No entanto, no modo de produção capitalista, “[s]ó é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista” (MARX, 2013, p. 578). Para diferenciar as duas acepções empregadas por Marx para trabalho “produtivo”, alguns autores designam com outro termo o trabalho que produz estritamente valor de uso. Nesse sentido, Gough (1972) adota a expressão “trabalho útil” (p. 49), enquanto Cotrim (2012) propõe a de “trabalho em geral produtivo” (p. 31).

O trabalho que o capitalista industrial passa a exercer com a subsunção real traduz-se como “uma vontade organizadora [que] coorden[a] e unifique[a] o processo” do trabalho coletivo, tal como o do maestro de uma orquestra. Do mesmo modo que um maestro é considerado parte da orquestra, o capitalista, enquanto coordenador do trabalho combinado da produção, é um dos componentes do trabalhador coletivo. Para Marx, “[e]sse é um trabalho produtivo”, que é universalmente executado em qualquer modo de produção combinado (MARX, 2017, p. 432-433).

No entanto, não é a geração de valor de uso que se afigura como “propósito determinante” para o empresário, mas “a maior produção possível de mais-valor, e daí a maior exploração possível da força de trabalho” (MARX, 1976, p. 449; 2013, p. 406). No dizer de Marx, “[a] exploração do trabalho custa trabalho” (MARX, 2013b, pos. 28230). Ao contrário da coordenação do trabalho útil, esse trabalho específico de exploração é trabalho *improdutivo*:

O primeiro é trabalho *produtivo*, pois sua atividade se incorpora no produto final do trabalho coletivo, *compondo seu valor*. O segundo é necessário à forma de produção

em que os meios de trabalho se opõem ao produtor, e *de modo algum à produção de valor de uso*, e é por isso *improdutivo* (COTRIM, 2012, p. 154, grifos acrescentados).

Não se deve, portanto, considerar que *todo* trabalho na esfera da produção seja produtivo. Nesse sentido, Bernardo (1977) alerta para o sofisma de alguns autores de confundir qualquer trabalho no âmbito da produção com trabalho produtivo nesse sentido marxiano, como uma forma sutil de obscurecer as relações de exploração na sociedade capitalista:

A partir da negação por Marx de qualquer carácter produtivo ao capital [aplicado] na circulação, cujos detentores se limitam a apropriar-se de uma parte da mais-valia produzida na esfera da produção, estes autores confundem trabalho improdutivo com trabalho na circulação, e trabalho produtivo com trabalho na produção (BERNARDO, 1977, p. 67).

A direção do capitalista industrial é dual pois consiste simultaneamente de trabalho útil e trabalho improdutivo. No entanto, como distingue Marx, se em conteúdo a direção capitalista é dúplice, “em forma ela é puramente despótica” (MARX, 1976, p. 450; 2013, p. 407). Assim, essa dualidade é desprovida de ambiguidade, pois a natureza capitalista da direção dual é determinada logo na origem. Na formulação de Marx, “[n]ão é porque um homem é um chefe de indústria que ele se torna um capitalista; ao contrário, ele se torna um chefe de indústria por ser um capitalista” (MARX, 1976, p. 450; ver MARX, 2013, p. 408).

Duménil e Levy (2005) reconhecem que o capitalista, com a subsunção real, exerce também trabalho produtivo, ou mais precisamente, trabalho útil; bem como captam a natureza despótica (disciplinar) da intervenção capitalista:

Assumimos que a maior parte das componentes intelectuais (concepção, organização) da produção foi transferida, graças à prática na qual a produção é organizada, para a pessoa do capitalista, a qual também impõe a disciplina. As relações de produção confundem algumas dessas distinções teóricas. Estritamente, alguns aspectos dessa atividade podem ser parte do trabalho produtivo, mas tipicamente de modo secundário. A maior parte dessas tarefas é improdutiva. De todo modo, toda atividade

capitalista é direcionada à maximização da taxa de lucro (DUMÉNIL, LEVY, 2005, p. 11-12).

No entanto, consideramos que afirmar que *toda* atividade capitalista é direcionada à maximização da taxa de lucro não deixa suficientemente claro que, com a subsunção real, ela inclui a atividade essencial da viabilização da produção de valor de uso, como condição que antecede, logicamente, a possibilidade de haver mais-valor. Em outras palavras, não está explicitado que a direção dual do capitalista industrial é uma condição decisiva para a existência do próprio modo de produção capitalista, pela simples razão de que, sem o concurso do conhecimento que ele passa a monopolizar aos processos produtivos, e a consequente obrigatoriedade da sua coordenação, não é possível efetiva a produção de valor de uso.

A NATUREZA DO TRABALHO DOS GERENTES NA PRODUÇÃO ESPECIFICAMENTE CAPITALISTA

Com a maior acumulação de capital, ocorre uma transferência da gestão das mãos do capitalista para uma categoria nova de trabalhadores constituída por dirigentes, gerentes e supervisores que exercem o comando sobre o processo de trabalho “em nome do capital” (MARX, 2013, p. 407). No Livro III d’*O capital*, Marx explicita que o diretor assalariado passa a desempenhar “*todas as funções reais* que correspondem ao capitalista ativo como tal” (MARX, 2017, p. 437). No mesmo livro, ele volta a mencionar a “dupla natureza” da direção do capitalista industrial (MARX, 2017, p. 432-433). Deduz-se, portanto, que a natureza dual da direção *capitalista* não muda ao ser delegada, mas, tão somente, a condição de *assalariado* de quem a exerce.

A gestão capitalista não se restringe à obtenção de mais-valor a uma taxa fixa de exploração. O trabalho do operário é exercido sob “determinadas condições” de força produtiva, “e é o capital que os coloca sob essas condições” (MARX, 2013, p. 408). Essa afirmação trata de um *duplo* trabalho improdutivo exercido pelo capital: a supervisão da extração de mais-valor nas *condições correntes* e a imposição de *novos* processos de trabalho que propiciem *mais* mais-valor, ou aumento relativo de mais-valor. Em que pese o

pioneirismo de Marx em salientar como ponto central da dinâmica capitalista a incessante transformação dos processos de produção (ver BRAVERMAN, 2014, p. 19-20), ele, ao tratar do *trabalho gerencial*, não explicita essa segunda forma improdutiva pois parece só ter em mente a “função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores” (MARX, 2013, p. 407) associada às condições correntes de exploração do trabalho.

Como observa Braverman (2014), só com o taylorismo veio a se “tornar consciente e sistemática a tendência antigamente inconsciente da produção capitalista” (p. 109) de incessantemente promover o declínio dos ofícios e a concentrar nas mãos da gerência o conhecimento científico sobre os processos de trabalho. Segundo o autor norte-americano, Taylor o controle num novo plano, impondo ao trabalhador a “maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (p. 86). Assim, o método taylorista, que com a mudança na organização e estrutura do processo de trabalho intensifica a possibilidade do aumento *relativo* de mais-valor, também promove um aumento *absoluto* de mais-valor, uma vez que tem, por princípio, levar o trabalho humano ao limite do fisiologicamente suportável.

Em algumas grandes corporações, os rígidos métodos de Taylor vieram a ser substituídos ao longo das décadas, ao menos parcialmente, por novas abordagens de aumento da produtividade, como o enriquecimento dos cargos e a extensão da esfera de decisões aos trabalhadores (WRIGHT, 1976). Embora seja inegável que, em algumas situações, tenha ocorrido o aumento da participação dos trabalhadores, a maior autonomia por eles obtida, como afirma Wright (1976), na realidade é um meio de fazer com que trabalhem mais duro, ou seja, há apenas um relaxamento do controle “nominal” que é mais do que compensado pela maior produção (p. 29, nota 56).

Para melhor caracterizar a complexa condição do gerente assalariado, precisamos defrontar ainda a espinhosa questão de como a parte improdutiva do seu trabalho pode ser produtiva no *stricto sensu* de gerar mais-valor. A polêmica questão de o trabalho improdutivo de um trabalhador assalariado poder propiciar mais-valor ao capitalista foi introduzida pelo próprio Marx em discussão que consta no capítulo *O lucro comercial* do Livro III d'*O capital*.

No entanto, como comenta Braverman, diante da “dificuldade” encontrada, Marx interrompeu “bruscamente” a discussão sem lhe dar “uma solução completa”, com a aparente intenção de voltar a tratar dela posteriormente (BRAVERMAN, 2014, p. 355).

Embora girem em torno do trabalhador comercial, os termos da formulação que Marx faz sobre a questão podem ser estendidos à esfera da produção. Afirma Marx que, como executor dos “atos da venda e da compra”, o trabalhador comercial realiza “as puras funções desempenhadas pelo capital na esfera da circulação” as quais “não geram valor nem mais-valor” (MARX, 2010, p. 195; 2017, p. 323). Constatando que “[n]um sentido, tal trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro” (MARX, 2010, p. 201; 2017, p. 334), o que intriga Marx, como situa Cotrim (2012), é a questão de “como o trabalho improdutivo, que se define justamente por não produzir valor, é explorado” (p. 162). No entanto, articulando descrições históricas do próprio Marx e de Braverman sobre as origens do gerente e do trabalhador comercial assalariados, em conjunto com formulações teóricas de Heinrich (2012) sobre o mais-valor do no trabalho comercial, parece possível uma saída para o aparente paradoxo de o trabalho improdutivo propiciar mais-valor, conforme procuramos mostrar subsequentemente.

Marx associa o surgimento de diretores assalariados ao estado de coisas a que foi levado o modo de produção capitalista, quando o trabalho de supervisão, inteiramente divorciado da propriedade do capital, tornou-se “sempre prontamente disponível”, tornando desvantajoso que o próprio capitalista o desempenhasse, pois passou a poder transferir esse esforço “a um diretor em troca de remuneração moderada” (MARX, 2010, p. 263; 2017, p. 436); e exemplifica:

Depois de cada crise, encontra-se nos distritos fabris ingleses um bom número de ex-fabricantes que, por baixos salários, supervisionam as mesmas fábricas das quais antes eram os donos, mas agora como diretores dos novos proprietários, que são frequentemente seus credores (MARX, 2017, p. 437).

Tratando mais precisamente do trabalho improdutivo, Braverman, de modo similar, menciona a existência, nas primitivas empresas capitalistas, de “um estrato privilegiado,

intimamente associado com o empregador e detentor de favores especiais” que trabalhavam com ele na realização de vendas, contabilidade, funções especulativas e manipulativas (p. 352), e, pela posição que ocupam, os compara a “sócios” do capital (BRAVERMAN, 2014, p. 352):

Aqueles que ajudavam o capitalista na circulação de seu capital, na realização do seu lucro, e na administração do seu trabalho, obtinham privilégios, segurança e status na função exercida, e assim, ser um trabalhador improdutivo era em si uma felicidade que contrastava com a desgraça do trabalhador na produção (BRAVERMAN, 1998, p. 288; 2014, p. 353).

Com a transformação do processo de trabalho em processo cada vez mais coletivo, essas funções improdutivas deixaram de ser ocupações especiais e privilegiadas e passaram a ser exercidas por “exércitos de assalariados cujas condições são em geral semelhantes às daqueles exércitos de trabalho organizados na produção” (BRAVERMAN, 2014, p. 353); deixaram, portanto, de ser “meio de escapar à ‘desventura’ de ser um trabalhador produtivo” para se tornarem “outra forma de exploração” (p. 354).

Tanto os ex-capitalistas industriais quanto os ex-associados diretos do capitalista desses exemplos executam um trabalho especificamente capitalista, mas sem mais receber plenamente o mais-valor que lhe caberia, como capitalista, ou sem usufruir de benesses, no caso dos auxiliares diretos, mas uma remuneração menor em forma de salário. O que os distingue do capitalista não é o que efetivamente fazem, mas o fato de o seu trabalho ser explorado. Uma consideração de Heinrich (2012) sobre a possibilidade de o trabalho improdutivo, em funções comerciais, poder contribuir com o aumento de mais-valor ajuda a entender o que se passa com a parte improdutiva do trabalho gerencial. Conforme explica Heinrich (2012), referindo-se às funções da circulação de capital, “[o] salário para esse trabalho [...] é uma dedução do mais-valor criado pelos trabalhadores produtivos” (p. 133). Como ele resume, “[s]e esses custos decrescem, o mais-valor restante aumenta” (p. 134). Pode-se concluir assim que a exploração do trabalho improdutivo do gerente se dá não porque sua atividade crie mais-valor, mas propiciar ao capitalista uma ainda maior parcela do mais-valor produzido por trabalhadores produtivos. Ou seja, o capitalista logra obter

acréscimo de mais-valor do trabalho improdutivo do gerente, não pelo aumento absoluto de dispêndio de força de trabalho, de resto impossível por não se tratar de trabalho útil, mas, sim, através de uma forma particular de aumento relativo de mais-valor.

A PARTICIPAÇÃO DOS PRÓPRIOS OPERÁRIOS NA GESTÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Com as transformações no tamanho, estrutura e propriedade no transcorrer do século XX, a grande empresa privada típica passou a ser a corporação com grande número de acionistas. Assim, enquanto nas empresas originárias, o capital e o trabalho podiam ser prontamente associados respectivamente ao empresário e ao empregado assalariado; eles são substituídos, nas grandes corporações, por “complexos funcionais”, inclusive o “capitalista global”, a combinação de acionistas e executivos com a função de “manter ou aumentar a apropriação de mais-valor, com o intento de acumular capital” (CROMPTON e GUBBAY, 1977, p. 69-72). As funções de coordenação, e de controle e vigilância são desempenhadas “não apenas por aqueles poucos que controlam a corporação, mas também por um grande número de pessoas” sem a propriedade real ou legal dos meios de produção (CARCHEDI, 1975, p. 31). A complexa gestão da produção nas corporações consiste de um “trabalho global de supervisão e gerenciamento, no seu duplo sentido [...] desempenhado coletivamente por uma estrutura burocrática hierarquicamente organizada” (CARCHEDI, 1975, p. 31). A divisão dessa *gestão dual e coletiva* é obtida através de diferentes combinações, que variam conforme o nível hierárquico, entre as funções de controle especificamente capitalista e de coordenação do processo de trabalho coletivo².

Livingstone e Scholtz (2016) retomam essa concepção teórica do trabalho gerencial para descrever o conteúdo do trabalho gerencial da camada média da “economia do conhecimento”, constituída por gerentes, supervisores e profissionais. Para eles, os gerentes

² Carchedi (1975) se destaca, dentre os autores que despontam nas décadas de 1970e 1980, como um dos que melhor percebe a importância da gestão dual capitalista. O mesmo não se pode afirmar de Wright (1976) que, ao discorrer sobre os tipos de processo de controle, só parece admitir o “fundamental antagonismo de classe entre trabalhadores e capitalistas” (p. 30-31), desconsiderando que esse controle antagonico inclui a coordenação do trabalhador coletivo.

exercem o controle *sobre* o processo de trabalho com o objetivo de garantir a lucratividade, mas também realizam tarefas *no interior* desse próprio processo. Os supervisores, sob o comando dos gerentes, controlam os padrões de produção dos trabalhadores industriais e de serviços, mas também podem colaborar diretamente com eles em aspectos do seu trabalho. Os profissionais, reconhecidos pelo conhecimento especializado, acumulam o trabalho de desenhar processos de produção para eles próprios e para outros, com o de realizar seu próprio trabalho com alto grau de autonomia. Conforme elaboram Livingstone e Scholtz (2016), uma clara “divisão de classe mais *básica*” entre “os proprietários dos meios de produção e aqueles que precisam oferecer sua força de trabalho para ganhar a vida” coexiste com fronteiras “permeáveis” entre as classes, sendo a camada dos gerentes, supervisores e empregados profissionais a que assume “funções mais mistas” (p. 474-475).

No entanto, os próprios estudos empíricos de Livingstone e Scholtz (2016) e de Livingstone e Watts (2018) sobre as mudanças na força de trabalho do Canadá permitem evidenciar, no capitalismo avançado, uma reconfiguração na divisão do trabalho gerencial dual e coletivo, da qual participam não só a classe capitalista e as camadas médias, mas também a classe mais baixa dos trabalhadores industriais e de serviços. A Tabela 1 apresenta um resumo dos dados da distribuição da força de trabalho canadense dos anos 1982 e 2016. As categorias de ocupação intermediárias cresceram de aproximadamente 20% para cerca de 40% das pessoas empregadas, com a proporção de gerentes triplicando e a de empregados profissionais dobrando, mas permanecendo a participação dos supervisores num percentual em torno de 5% da força de trabalho empregada.

Livingstone e Watts (2018), chamam a atenção para a mudança na composição das ocupações gerenciais, com diminuição da participação relativa dos supervisores e aumento da alta e média gerências. Os profissionais passaram a ser mais gerenciados, aumentando de 2/3 para 85% a proporção dos que se reportam a um gerente que dirige seu trabalho. Por outro lado, com o contínuo desenvolvimento do conhecimento especializado e a disseminação das tecnologias da informação, o trabalho dos profissionais de planejar, desempenhar e adaptar as atividades das economias emergentes do conhecimento torna-se cada vez mais indistinto

dos ofícios qualificados em que é empregado conhecimento especializado para lidar diretamente com objetos físicos (LIVINGSTONE, WATTS, 2018, p. 80).

No mesmo período, a classe trabalhadora tradicional deixou de ser maioria (66%) para se tornar minoria (43%) do total da força de trabalho empregada. Juntamente com o aumento da automação e da rotinização do processo de trabalho, também foi detectado, para as funções típicas dos trabalhadores industriais e de serviços, um crescimento da autonomia técnica e da participação nas decisões. Mais especificamente, foram encontradas tendências de aumento da consulta nas decisões organizacionais e da autonomia no delineamento técnico das tarefas aos empregados da classe trabalhadora (LIVINGSTONE, SCHOLTZ, 2016).

Tabela 1: Distribuição da força de trabalho empregada, Canadá, 1982-2016 (%)

Categories	1982	2016
<i>Proprietários</i>	16	14
<i>Posições intermediárias</i>	19	43
Altos gerentes	1	2
Médios gerentes	4	13
Supervisores	4	5
Empregado profissional	12	23
<i>Classe trabalhadora</i>	66	43
Trabalhadores de serviços	33	25
Trabalhadores industriais	30	18

Fonte: adaptado de Livingstone e Watts (2018)

Ocorre, assim, perda de autonomia e participação em tarefas dos trabalhadores por parte dos profissionais e, ao mesmo tempo, em direção inversa, um ganho de autonomia e maior participação dos trabalhadores em decisões sobre os típicos dos gerentes e profissionais. Resulta que, além do trabalho produtivo, a classe trabalhadora também exerce duplo trabalho improdutivo, substituindo parcialmente os próprios supervisores na tarefa de

vigiar as atividades correntes e participando da análise de processos produtivos tendo em vista o aumento de extração de mais-valor. Para Livingstone e Scholtz (2016), a “crescente proletarização das condições de trabalho dos empregados intermediários” pode explicar a maior similaridade observada entre a consciência de classe dos profissionais e supervisores e a dos trabalhadores industriais e de serviços (p. 486).

Em síntese, o capitalismo avançado introduz uma alteração das funções exercidas por categorias das partes média e baixa da hierarquia e, simultaneamente, o aumento da extensão da gestão, em particular, à classe dos que são exclusivamente “produtores diretos”. Trata-se de mais uma mudança nas relações de produção capitalistas que universaliza para todas as classes a participação na gestão dual e coletiva. Por mais insólito que possa parecer à primeira vista, uma parte da função gerencial capitalista é delegada ao operário que, dessa forma, contribui para a maior extração de mais-valor do seu próprio trabalho. Conforme esclarece Faria (2009), ao comentar esses esquemas “participativos”, trata-se de um processo planejado e comandado pela gerência, de cima para baixo, que esconde “uma proposta de intensificar os mecanismos de controle sobre o trabalhador com a finalidade de aumentar a produtividade”. Só aparentemente, trata-se de um envolvimento voluntário da parte do trabalhador, pois muitas empresas condicionam a oferta de cursos, promoções e mesmo a garantia de emprego, a essa participação (p. 138).

CONCLUSÃO

Na transcurso histórica realizada neste artigo sobre a participação das classes sociais no interior das relações capitalistas da produção, esse estudo procura retomar ou articular contribuições de cunho teórico e empírico, essenciais à compreensão da gestão da produção capitalista contemporânea. A gestão capitalista da produção surge e se define como uma intervenção direta do capital sobre os processos de trabalho e, ocorre, portanto, no interior do antagonismo entre a classe detentora dos meios de produção e a classe possuidora da força de trabalho. Isso não significa que se resume a um controle unilateral e exógeno, já que se trata de uma complexa combinação entre a dominação especificamente capitalista *sobre* o trabalho com a forçosa participação do próprio capitalista *no interior* do trabalho coletivo útil.

Mais especificamente, essa gestão alia o trabalho de coordenação da produção de valor de uso, com o duplo trabalho improdutivo de supervisão da atividade laboral corrente e da incessante introdução de novos processos produtivos. Desde as manufaturas originárias, a gestão passou de uma atividade concentrada no capitalista industrial e seus auxiliares próximos para uma complexa atividade coletiva, em grande parte delegada a uma hierarquia dual composta por gerentes, profissionais e supervisores. Estudos recentes sobre a evolução da força de trabalho no capitalismo avançado agregam evidências de que o operário mais típico das corporações industriais deixa de ser um mero fornecedor de força de trabalho e passa a ser uma espécie de operário-supervisor, pois acumula algumas funções gerenciais, tanto úteis quanto improdutivas. Conjuntamente com a interpenetração das funções dos profissionais com as desses operários contemporâneos, o trabalhador coletivo tende a ser enriquecido tanto de conhecimento sobre as atividades produtivas diretas quanto sobre gestão.

Se, originariamente, o capitalista industrial assumia o duplo papel da gestão da produção e, num outro momento, formou-se uma camada média de ocupações que assume várias funções da gestão coletiva; no capitalismo avançado, é dado um passo adiante, pois é imposta à própria classe trabalhadora, por coerção ou manipulação, uma parte da gestão. A dominação do capital industrial não apenas se baseia no monopólio da propriedade dos meios de produção como também na dupla intervenção sobre os processos produtivos. Além disso, a classe capitalista logra fazer com que as próprias classes exploradas exerçam parte substancial dessa intervenção essencialmente capitalista. Trata-se de uma dualidade sem ambiguidade. Assim como o capitalista industrial não deixa de ser capitalista por assumir função no trabalhador coletivo, também o operário, os gerentes, os supervisores e os profissionais mantêm a condição de mão de obra explorada ao assumirem parte da gestão capitalista.

Portanto, essa a gestão coletiva é constituída de um amálgama entre classes, mas sob dominação capitalista, e evolui mediante transformações nas relações entre as classes e, simultaneamente, em algumas funções das próprias classes. Em desacordo com a premissa central do “gerencialismo”, constata-se que, desde as manufaturas originárias até as

corporações do capitalismo avançado, varia muito a importância do papel do gerente assalariado no interior das relações capitalistas de produção.

A produção capitalista constitui, no seu início, uma “primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio” (MARX, 2013, p. 833), isto é, a desapropriação do proprietário-trabalhador pré-capitalista. No entanto, Marx prevê que o desenvolvimento da organização *social* da produção, no interior do modo de produção capitalista, engendra a “negação da negação” e a transformação da propriedade capitalista em propriedade social (MARX, 2013, p. 834). No capitalismo avançado, constata-se que a tendência de os próprios operários aumentarem sua importância relativa na gestão *capitalista* da produção, simultaneamente com a maior confluência das funções dos gerentes, supervisores e profissionais, constitui parte desse movimento dialético de “negação da negação”, com a classe operária em vias de recuperar, de forma coletiva, o domínio sobre os meios de produção.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, J. **Marx crítico de Marx**. Livro primeiro, Vol. III. Porto: Afrontamento, 1977.
- BRAVERMAN, H. **Labor and monopoly capital**: the degradation of work in the twentieth century. New York: Monthly Review Press, 1998.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX, 3a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- CARCHEDI, G. On the economic identification of the new middle class. **Economy and Society**, 4(1), 1975, páginas 1-86.
- COTRIM, V. A. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: novas e velhas questões. São Paulo: Alameda, 2009.

CROMPTON, R.; GUBBAY, J. **Economy and class structure**. Macmillan International Higher Education, 1978.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Production and management: Marx's dual theory of labor. 2005 <recuperado de <http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2004f.pdf>>

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Managerial capitalism**: ownership, management and the coming new mode of production. Pluto Press, 2018.

FARIA, J. H. D. **Gestão participativa**: Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

GOUGH, I. Marx's theory of productive and unproductive labour. **New Left Review**, 1, 1972, páginas 47-72.

HEINRICH, M. **An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2012.

LIVINGSTONE, D. W.; SCHOLTZ, A. Reconnecting class and production relations in an advanced capitalist 'knowledge economy': Changing class structure and class consciousness. **Capital & Class**, 40(3), 2016, páginas 469-493.

LIVINGSTONE, D. W.; WATTS, B. The changing class structure and pivotal role of professional employees in an advanced capitalist "knowledge economy": Canada, 1982–2016. **Studies in Political Economy**, 99(1), 2018, páginas 79-96.

MARX, K., **Capital**: a critique of political economy. Volume 1 (trad. Ben Fowkes). Londres: Penguin Books, 1976.

MARX, K. **Capital**: a critique of political economy. Volume 3: The process of capitalist production as a whole (ed. por Friedrich Engels). New York: International Publishers, 2010.

<recuperado em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>>

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Theories of surplus-value** (ed. Kindle). Boston: Pine Flag Books, 2013b.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTTA, F. C. P. **Organização e poder**: Empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986.

PAÇO CUNHA, E. Braverman, subjetividade e função de direção na produção do valor. **Cadernos Ebape.BR**, 12(4), 2014, páginas 741-755.

VIZEU, F. (Re) contando a velha história: Reflexões sobre a gênese do management. **Revista de Administração Contemporânea**, 14(5), 2010, p. 780-797.

WEBER, M. **Economy and society**: a new translation. Harvard University Press, 2019.

WRIGHT, E. O. Class boundaries in advanced capitalist societies. **New Left Review**, 98(1), 1976, p. 3-41.

WRIGHT, E. O. Class and occupation. **Theory and Society**, 9(1), 1980, p.177-214.

ZEITLIN, M. Corporate ownership and control: The large corporation and the capitalist class. **American Journal of Sociology**, 79(5), 1974, p. 1073-1119.

Submetido em 05/05/2021
Aprovado em 01/02/2022